

Mobilização para Constituinte preocupa

ANC P 12

Os debates no plenário da Constituinte a partir do dia 16 de julho prometem atrair tanto barulho para as vizinhanças do Palácio do Planalto, em Brasília, que já passou pela cabeça de alguns amigos do presidente Sarney a lembrança de que no fundo do baú da Nova República existe uma arma infalível para abafar ruídos vindo das ruas: as medidas de emergência, uma série de restrições às liberdades, executadas no regime militar ao brandir do chicote do feroz general Newton Cruz.

É, por enquanto, apenas uma idéia, mas uma idéia que pode ganhar contornos de assunto sério diante apenas da interpretação de que a presença de multidões pluripartidárias de manifestantes nos gramados da Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes durante a discussão e votação das futura Constituição pode provocar abalos no edifício da transição. Certamente, trata-se mais de um problema de ordem pública da competência do policiamento de rua do que de ameaça às instituições capaz de exigir o recurso a uma parte da munição do estado de sítio e à intervenção das Forças Armadas.

Caravanas — Dezenas de entidades já adquirem passagem para acompanhar de perto a votação da nova Constituição. A UDR — União Democrática Ruralista, organização de fazendeiros — diz que vai comprar os convites dos camponeses para assistir às votações, e promete levar para a porta do Congresso mais de 10 mil pessoas, organizadas em 123 caravanas de todo o País. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) começou a imprimir mais de 500 mil panfletos convocando os trabalhadores para mudar o voto dos constituintes contrários à reforma agrária. A comissão de defesa do monopólio do petróleo, com apoio de 50 entidades, está organizando o relançamento da campanha "o petróleo é nosso" e também promete comparecer em massa nas votações.

Associações de gays, favelados, aposentados, mulheres, CUT, CGT, partidos políticos e centenas de entidades articulam-se em seus estados, para tentar mudar ou manter, através da mobilização popular, o voto dos parlamentares. Se todas essas entidades cumprirem o que estão prometendo para a próxima etapa da Constituinte, o Congresso certamente sofrerá uma das maiores pressões populares de suas histórias. Temendo o pior, a segurança do Congresso está providenciando o reforço de mais 50 agentes e a compra de uma porta giratória com detector de metais.

"Única saída" — Os partidos "progressistas", especialmente, estão apostando na mobilização dos setores da sociedade como a fórmula mais eficaz para ganhar o voto dos chamados "liberais de centro" (indecisos), e derrubar o bloco conservador.

— Vamos encher esse gramado do Congresso de gente. Se os conservadores prevalecerem, a rua será nossa única

saída — diz o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que defende uma grande articulação com os grupos progressistas de outros partidos para chegar a um consenso e a uma estratégia comum.

Um conflito entre os grupos de constituintes durante as próximas votações, como sempre ocorre nas horas de decisão final, já é esperado até mesmo pela Mesa da Constituinte, que deverá enviar uma circular apelando para o bom senso dos parlamentares. Do lado de fora do Congresso, entretanto, é imprevisível. A União Democrática Ruralista (UDR), por exemplo, diz que vai entrar no Congresso com o "número que se fizer necessário para garantir os nossos interesses". Na votação dos relatórios das comissões, há duas semanas, o grupo da UDR, liderado pelo presidente da entidade, Ronaldo Caiado, comprou por CZ\$ 300,00 (cada) mais de 400 senhas para assistir às votações, garantindo a presença de 600 representantes no Congresso, segundo contou o diretor nacional de operações da entidade, Cezmar Moura.

— Você acha que camponês vai deixar de ganhar CZ\$ 300 para ficar assistindo no plenário do Congresso um telecatch promovido pelos comunistas? Para nós, quanto mais trabalhador rural a Contag levar para as votações, melhor, porque compramos todas as senhas deles — disse Cezmar, que comanda o "lobby" da UDR em Brasília, com outras 20 pessoas.

Confronto — O Presidente da entidade, Ronaldo Caiado, inicia esta semana uma "tournée" em vários estados para convocar os 123 núcleos da UDR para a mobilização. Na porta do Congresso, entretanto, ele encontrará pelo menos dois fortes adversários com a mesma disposição para defender seus interesses: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, e a Igreja, que através dos pastorais da terra, iniciou mobilização no campo. A Contag reúne amanhã representantes de 22 federações, para decidir a estratégia final para mobilização popular nas votações da Constituinte.

— Não vamos competir com a UDR. Eles têm alguns pequenos proprietários de terra, enganados, é claro, mas nós temos centenas de trabalhadores rurais. O que eles vão levar para o Congresso

são pistoleiros e gente comprada — disse Aloísio Carneiro, tesoureiro da entidade.

A Contag vai distribuir centenas de panfletos na porta do Congresso, no dia das votações, e até o dia 12 de agosto recebe de todo o País mais de 70 formulários contendo assinaturas para emendas populares. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) distribuiu suas propostas para 400 bispos em todo o País, para coletar assinaturas em todas as dioceses e paróquias do Brasil. A entidade está se articulando através de uma rede de 250 aparelhos de telex, ligados a escolas, associações religiosas e regionais, e contará, nas votações, com um dos mais fiéis lobbies da Constituinte: a chamada "bancada da Igreja", com grupos progressistas de vários partidos, especialmente o PT.

Petróleo — A Igreja, na questão da reforma agrária, terá como aliada, além dos trabalhadores rurais, os principais sindicatos do País, que estão se organizando com a CUT e a CGT para as votações. Mas na área de educação, a CNBB vai dividir com dezenas de proprietários de escolas particulares a briga com o bloco do ensino público e gratuito, que também terá, através da UNE (União Nacional dos Estudantes), ruidosa presença na Constituinte. Soma-se a todos esses grupos o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que reúne dezenas de entidades de todo o País, em torno dos mais variados interesses e assuntos. Em São Paulo, o Plenário organizou até um plantão permanente, para receber assinaturas com sugestões de emendas da comunidade. Os núcleos dos plenários organizarão caravanas para Brasília.

No dia 6 de julho, a Comissão de Defesa do Monopólio do Petróleo, inaugura o que chamou de cartada decisiva para pressão na Constituinte: o relançamento da campanha "O petróleo é nosso", em ato na ABI, com a presença de 50 entidades e algumas autoridades como o ministro Aureliano Chaves (participação confirmada) e o presidente da Petrobrás, Ozires Silva. A comissão quer criar uma "frente nacionalista", e está mobilizando todos os sindicatos de petroleiros e associações de engenheiros para a etapa final da Constituinte.

Arquivo — 12/12/86



Joaquim quer que greve libere indignação geral